

Secretário afirma que governo vai dispor de US\$ 1,6 bilhão em 1992

por Fernando Paulino Neto
do Rio

O Brasil tem dinheiro para a educação. O secretário nacional para o Ensino Básico do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Paulo Elpídio Netto, anunciou ontem, durante o Simpósio Nacional sobre a Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que o governo investirá, em 1992, US\$ 1,6 bilhão no setor, sem contar os Cr\$ 180 bilhões para Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIAC) procedentes do Ministério da Saúde.

O US\$ 1,6 bilhão tem duas fontes de origem. A primeira é o orçamento da União, que entra com US\$ 426 milhões. A outra é o FNDE, composto exclusivamente pelo salário-educação (contribuição das empresas privadas com base em 2,5% de sua folha de pagamento), de US\$ 1,2 bilhão. O salário-educação é dividido em duas partes. A maior, de 2/3, é repassada diretamente pelo Ministério da Educação para estados e municípios, onde tem sede as empresas que fazem o desconto. O outro terço é investido pelo FNDE segundo critérios que levam em conta as carências do estado em educação, a capacidade de arrecadação, a contrapartida que dá para a educação, entre outros. "É muito dinheiro", diz Netto.

A deputada federal Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) que participou do simpósio e acompanha os debates da LDB, concorda com Netto. Mas, ao mesmo tempo, tem uma discordância. O País utiliza 4% de seu PIB na educação, isso o coloca entre os dez maiores investidores do mundo nesse setor. Existe dinheiro no Terceiro Mundo, porém ele está sempre onde não deve", diz a deputada.

O secretário concorda com ela nesse ponto. Netto cita dados do Banco Mundial, de que de cada Cr\$ 100 investidos em educação no Brasil, apenas Cr\$ 20 chegam efetivamente às escolas e credita isso ao fato de os recursos ficarem retidos em caixas únicas das secretarias de Fazenda estaduais e municipais. Ou ainda ao não-repasso de verbas por falta de projetos e por utilização em obras que nada têm relação com a educação. "Muitos prefeitos asfaltam ruas e constroem chafarizes próximo às escolas, utilizando verbas da educação", acusa.

Apesar da má utilização, Netto crê que a massa de recursos alocados pelo salário-educação poderia ser maior ainda. As empresas com mais de cem funcionários têm alguns meios legais de não descontar o dinheiro para o FNDE, como, por exemplo, comprar vagas em escolas particulares, dar bolsas de estudos aos filhos de seus funcionários ou ainda manter escolas próprias. "Há bons exemplos, como as escolas da Azaleia e da Gerdau, no Rio Grande do Sul. Mas o investimento acaba sendo em regiões já assistidas pela rede pública.

Junto a isso, há a fraude e a sonegação de impostos. Muitas escolas cobram bolsas de estudos das empresas e ao mesmo tempo os alunos têm de pagar taxas", explica ele, exemplificando a fraude. A sonegação é mais comum ainda. "Quem recolhe o dinheiro do salário-educação e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Basta então a empresa não pagar o INSS que, ao mesmo tempo, estará deixando de contribuir para o salário-educação."

OS OBJETIVOS

Mesmo com toda essa verba, o secretário considera impossível investir igualmente no ensino básico o que se aplica no ensino superior, que em 1990 deti-

nha 78% do orçamento federal para a educação. Assim, o Ministério da Educação resolveu priorizar "a universalização do ensino básico de boa qualidade", querendo com isso "estancar o analfabetismo no País". Para isso, pretende melhorar a rede escolar, dar treinamento e capacitação aos professores e criar forma de medir o desempenho das escolas. "Mas nada disso funciona sem que os professores sejam bem pagos", diz ele, lembrando que isso é uma atribuição estadual e municipal.

Com isso, o MEC já está fazendo propostas às secretarias municipais e estaduais de Educação, comprometendo-se a recuperar fisicamente as escolas, treinar professores, enquanto os municípios, em contrapartida, elaboram planos de cargos e salários com proventos diferenciados para dirigentes das escolas e professores que têm dedicação integral.

Com esses planos, o dirigente do MEC juntou-se ao coro dos críticos da LDB. Para ele, os percentuais do salário-educação deveriam ser modificados para permitir que as regiões mais pobres tivessem mais recursos, além de considerar que os deputados fizeram uma série de emendas para favorecer seus municípios com verbas, comprometendo 25% do terço do salário-educação que cabe ao FNDE gerir.

Sandra Cavalcanti saiu em defesa da LDB, considerada utópica, detalhista e corporativa pela maioria dos participantes do simpósio. Ela disse que o fato de se "amarra" a verba do FNDE com destinações específicas para o dinheiro evita uma "prática clientelista, que não é só dos deputados, mas também dos burocratas do serviço público". Sandra disse que dez estados da Federação utilizaram verbas do salário-educação para construir a sede das secretarias estaduais de Educação e que o governo do Rio construiu o Sambódromo com esse dinheiro "e colocou três salas de aula para disfarçar". Essa denúncia foi negada, imediatamente, pela secretária de Educação do Rio, Maria Yedda Linhares, também presente ao simpósio.

Sandra aproveitou para defender os conselhos de educação — nos níveis municipal, estadual e federal — que segundo o projeto de LDB serão os responsáveis pela gerência dos recursos da Educação no País e que nos debates da véspera foram considerados corporativos, por seus membros representarem os diversos setores da sociedade envolvidos com o tema.

"É preciso que o salário-educação, que não é verba orçamentária, não seja aplicado ao gosto do Estado. Por isso, é bom que haja os conselhos com a presença real da comunidade. Chamam isso de corporativismo, mas é representatividade das diversas áreas de atuação."

O senador Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação do governo João Goulart, criticou duramente o projeto da LDB. Para ele, a lei, se aprovada como está, "é pior do que nada, pois é demagógica. Eu não quero ir para o céu e, por isso, não obrigo que o Estado de creches, a 20 milhão de crianças". Darcy Ribeiro disse que o primeiro grau como é hoje deve acabar e ser desmembrado a um primário de cinco anos, no qual as crianças teriam de sair sabendo contar, escrever um bilhete e ler jornais. E um ginásio com mais de cinco anos, do qual o aluno deveria sair capacitado para trabalhar. Para Darcy, 25% dos professores brasileiros são incapazes e os outros 75% malpreparados.